

57 coleção primeiros passos



Carlos Benedito Martins

O QUE É SOCIOLOGIA

editora brasiliense



O QUE É SOCIOLOGIA

Carlos Benedito Martins

INTRODUÇÃO

A sociologia constitui um projeto intelectual tenso e contraditório. Para alguns ela representa uma poderosa arma a serviço dos interesses dominantes, para outros ela é a expressão teórica dos movimentos revolucionários.

A sua posição é notavelmente contraditória. De um lado, foi proscrita de inúmeros centros de ensino. Foi fustigada, em passado recente, nas universidades brasileiras, congelada pelos governos militares argentino, chileno e outros do gênero. Em 1968, os coronéis gregos acusavam-na de ser disfarce do marxismo e teoria da revolução. Enquanto isso, os estudantes de Paris escreviam nos muros da Sorbone que "não teríamos mais problemas quando o último sociólogo fosse estrangulado com as tripas do último burocrata".

Como compreender as avaliações tão diferentes dirigidas com relação a esta ciência? Para esclarecer esta questão, torna-se necessário conhecer, ainda que de forma bastante geral e com algumas omissões, um pouco de sua história. Isto me leva a situar a sociologia - este conjunto de conceitos, de técnicas e de métodos de investigação produzidos para explicar a vida social - no contexto histórico que possibilitou o seu surgimento, formação e desenvolvimento.

Este livro parte do princípio de que a sociologia é o resultado de uma tentativa de compreensão de situações sociais radicalmente novas, criadas pela então nascente sociedade capitalista. A trajetória desta ciência tem sido uma constante tentativa de dialogar com a civilização capitalista, em suas diferentes fases.

Na verdade, a sociologia, desde o seu início, sempre foi algo mais do que uma mera tentativa de reflexão sobre a sociedade moderna. Suas explicações sempre contiveram intenções práticas, um forte desejo de interferir no rumo desta civilização. Se o pensamento científico sempre guarda uma correspondência com a vida social, na sociologia esta influência é particularmente marcante.

Os interesses econômicos e políticos dos grupos e das classes sociais, que na sociedade capitalista apresentam-se de forma divergente, influenciam profundamente a elaboração do pensamento sociológico.

Procuro apresentar, em termos de debate, a dimensão política da sociologia, a natureza e as conseqüências de seu envolvimento nos embates entre os grupos e as classes sociais e refletir em que medida os conceitos e as teorias produzidos pelos sociólogos contribuem para manter ou alterar as relações de poder existentes na sociedade.

CAPÍTULO PRIMEIRO: O SURGIMENTO

Podemos entender a sociologia como uma das manifestações do pensamento moderno. A evolução do pensamento científico, que vinha se constituindo desde Copérnico, passa a cobrir, com a sociologia, uma nova área do conhecimento ainda não incorporada ao saber científico, ou seja, o mundo social. Surge posteriormente à constituição das ciências naturais e de diversas ciências sociais.

A sua formação constitui um acontecimento complexo para o qual concorrem uma constelação de circunstâncias, históricas e intelectuais, e determinadas intenções práticas. O seu surgimento ocorre num contexto histórico específico, que coincide com os derradeiros momentos da desagregação da sociedade feudal e da consolidação da civilização capitalista. A sua criação não é obra de um único filósofo ou cientista, mas representa o resultado da elaboração de um conjunto de pensadores que se empenharam em compreender as novas situações de existência que estavam em curso.

O século XVIII constitui um marco importante para a história do pensamento ocidental e para o surgimento da sociologia. As transformações econômicas, políticas e culturais que se aceleram a partir dessa época colocarão problemas inéditos para os homens que experimentavam as mudanças que ocorriam no ocidente europeu. A dupla revolução que este século testemunha - a industrial e a francesa - constituía os dois lados de um mesmo processo, qual seja, a instalação definitiva da sociedade capitalista. A palavra sociologia apareceria somente um século depois, por volta de 1830, mas são os acontecimentos desencadeados pela dupla revolução que a precipitam e a tornam possível.

Não constitui objetivo desta parte do trabalho proceder a uma análise destas duas revoluções, mas apenas estabelecer algumas relações que elas possuem com a formação da sociologia. A revolução industrial significou algo mais do que a introdução da máquina a vapor e dos sucessivos aperfeiçoamentos dos métodos produtivos.

Ela representou o triunfo da indústria capitalista, capitaneada pelo empresário capitalista que foi pouco a pouco concentrando as máquinas, as terras e as ferramentas sob o seu controle, convertendo grandes massas humanas em simples trabalhadores despossuídos.

Cada avanço com relação à consolidação da sociedade capitalista representava a desintegração, o solapamento de costumes e instituições até então existentes e a introdução de novas formas de organizar a vida social. A utilização da máquina na produção não apenas destruiu o artesão independente, que possuía um pequeno pedaço de terra, cultivado nos seus momentos livres. Este foi também submetido á uma severa disciplina, a novas formas de conduta e de relações de trabalho, completamente diferentes das vividas anteriormente por ele.

Num período de oitenta anos, ou seja, entre 1780 e 1860, a Inglaterra havia mudado de forma marcante a sua fisionomia. País com pequenas cidades, com uma população rural dispersa, passou a comportar enormes cidades, nas quais se concentravam suas nascentes indústrias, que espalharam produtos para o mundo inteiro. Tais modificações não poderiam deixar de produzir novas realidades para os homens dessa época. A formação de uma sociedade que se industrializava e urbanizava em ritmo crescente implicava a reordenação da sociedade rural, a destruição da servidão, o desmantelamento da família patricial etc. A transformação da atividade artesanal em manufatureira e, por último, em atividade fabril, desencadeou uma maciça emigração do campo para a cidade, assim como engajou mulheres e crianças em jornadas de trabalho de pelo menos doze horas, sem férias e feriados, ganhando um salário de subsistência. Em alguns setores da indústria inglesa, mais da metade dos trabalhadores era constituída por mulheres e crianças, que ganhavam salários inferiores dos homens.

A desapareição dos pequenos proprietários rurais, dos artesãos independentes, a imposição de prolongadas horas de trabalho etc, tiveram um efeito traumático sobre milhões de seres humanos ao modificar radicalmente suas formas habituais de vida. Estas transformações, que possuíam um sabor de cataclisma, faziam-se mais visíveis nas cidades industriais, local para onde convergiam todas estas modificações e explodiam suas conseqüências. Estas cidades passavam por um vertiginoso crescimento demográfico, sem possuir, no entanto, uma estrutura de moradias, de serviços sanitários, de saúde, capaz de acolher a população que se deslocava do campo. Manchester, que constitui um ponto de referência indicativo desses tempos, por volta do início do século XIX era habitada por setenta mil habitantes; cinquenta anos depois, possuía trezentas mil pessoas. As conseqüências da rápida industrialização e urbanização levadas a cabo pelo sistema capitalista foram tão visíveis quanto trágicas: aumento assustador da prostituição, do suicídio, do alcoolismo, do infanticídio, da criminalidade, da violência, de surtos de epidemia de tifo e cólera que dizimaram parte da população etc.

É evidente que a situação de miséria também atingia o campo, principalmente os trabalhadores assalariados, mas o seu epicentro ficava, sem dúvida, nas cidades industriais.

Um dos fatos de maior importância relacionados com a revolução industrial é sem dúvida o aparecimento do proletariado e o papel histórico que ele desempenharia na sociedade capitalista. Os efeitos catastróficos que esta revolução acarretava para a classe trabalhadora levaram-na a negar suas condições de vida. As manifestações de revolta dos trabalhadores atravessaram diversas fases, como a destruição das máquinas, atos de sabotagem e explosão de algumas oficinas, roubos e crimes, evoluindo para a criação de associações livres, formação de sindicatos etc. A conseqüência desta crescente organização foi a de que os "pobres" deixaram de se confrontar com os "ricos"; mas uma classe específica, a classe operária, com consciência de seus interesses, começava a organizar-se para enfrentar os proprietários dos instrumentos de trabalho. Nesta trajetória, iam produzindo seus jornais, sua própria literatura, procedendo a uma crítica da sociedade capitalista e inclinándose para o socialismo como alternativa de mudança.

Qual a importância desses acontecimentos para a sociologia? O que merece ser salientado é que a profundidade das transformações em curso colocava a sociedade num plano de análise, ou seja, esta passava a se constituir em "problema", em "objeto" que deveria ser investigado. Os pensadores ingleses que testemunhavam estas transformações e com elas se preocupam não eram, no entanto, homens de ciência ou sociólogos que viviam desta profissão. Eram antes de tudo homens voltados para a ação, que desejavam introduzir determinadas modificações na sociedade. Participavam ativamente dos debates ideológicos em que se envolviam as correntes liberais, conservadoras e socialistas. Eles não desejavam produzir um mero conhecimento sobre as novas condições de vida geradas pela revolução industrial, mas procuravam extrair

dele orientações para a ação, tanto para manter, como para reformar ou modificar radicalmente a sociedade de seu tempo. Tal fato significa que os precursores da sociologia foram recrutados entre militantes políticos, entre indivíduos que participavam e se envolviam profundamente com os problemas de suas sociedades.

Pensadores como Owen (1771-1858), William Thompson (1775-1833), Jeremy Bentham (1748-1832), só para citar alguns daquele momento histórico, podiam discordar entre si ao julgarem as novas condições de vida provocadas pela revolução industrial e as modificações que deveriam ser realizadas na nascente sociedade industrial, mas todos eles concordavam que ela produzira fenômenos inteiramente novos que mereciam ser analisados. O que eles refletiram e escreveram foi de fundamental importância para a formação e constituição de um saber sobre a sociedade.

A sociologia constitui em certa medida uma resposta intelectual às novas situações colocadas pela revolução industrial. Boa parte de seus temas de análise e de reflexão foi retirada das novas situações, como, por exemplo, a situação da classe trabalhadora, o surgimento da cidade industrial, as transformações tecnológicas, a organização do trabalho na fábrica etc. É a formação de uma estrutura social muito específica - a sociedade capitalista - que impulsiona uma reflexão sobre a sociedade, sobre suas transformações, suas crises, seus antagonismos de classe. Não é por mero acaso que a sociologia, enquanto instrumento de análise, inexistia nas relativamente estáveis sociedades pré-capitalistas, uma vez que o ritmo e o nível das mudanças que aí se verificavam não chegavam a colocar a sociedade como "um problema" a ser investigado.

O surgimento da sociologia, como se pode perceber, prende-se em parte aos abalos provocados pela revolução industrial, pelas novas condições de existência por ela criadas. Mas uma outra circunstância concorreria também para a sua formação. Trata-se das modificações que vinham ocorrendo nas formas de pensamento. As transformações econômicas, que se achavam em curso no ocidente europeu desde o século XVI, não

poderiam deixar de provocar modificações na forma de conhecer a natureza e a cultura.

A partir daquele momento, o pensamento paulatinamente vai renunciando a uma visão sobrenatural para explicar os fatos e substituindo-a por uma indagação racional. A aplicação da observação e da experimentação, ou seja, do método científico para a explicação da natureza, conhecia uma fase de grandes progressos. Num espaço de cento e cinquenta anos, ou seja, de Copérnico a Newton, a ciência passou por um notável progresso, mudando até mesmo a localização do planeta Terra no cosmo.

O emprego sistemático da observação e da experimentação como fonte para a exploração dos fenômenos da natureza estava possibilitando uma grande acumulação de fatos. O estabelecimento de relações entre estes fatos ia possibilitando aos homens dessa época um conhecimento da natureza que lhes abria possibilidade de a controlar e dominar.

O pensamento filosófico do século XVII contribuiu para popularizar os avanços do pensamento científico. Para Francis Bacon (1561 - 1626), por exemplo, a teologia deixaria de ser a forma norteadora do pensamento. A autoridade, que exatamente constituía um dos alicerces da teologia, deveria, em sua opinião, ceder lugar a uma dúvida metódica, a fim de possibilitar um conhecimento objetivo da realidade. Para ele, o novo método de conhecimento, baseado na observação e na experimentação, ampliaria infinitamente o poder do homem e deveria ser estendido e aplicado ao estudo da sociedade. Partindo destas idéias, chegou a propor um programa para acumular os dados disponíveis e com eles realizar experimentos a fim de descobrir e formular leis gerais sobre a sociedade.

O emprego sistemático da razão, do livre exame da realidade - traço que caracterizava os pensadores do século XVI I, os chamados racionalistas, representou um grande avanço para libertar o conhecimento do controle teológico, da tradição, da "revelação" e, conseqüentemente, para a formulação de uma nova atitude intelectual diante dos fenômenos da natureza e da cultura.

Diga-se de passagem, que o progressivo abandono da autoridade, do dogmatismo e de uma concepção providencialista, enquanto atitudes intelectuais para analisar a realidade, não constituía um acontecimento circunscrito apenas ao campo científico ou filosófico. A literatura do século XVII, por exemplo, constituía uma outra área que ia se afastando do pensamento oficial, na medida em que se rebelava contra a criação literária legitimada pelo poder. A obra de vários literatos dessa época investia contra as instituições oficiais, procurando desmascarar os fundamentos do poder político, contribuindo assim para a renovação dos costumes e hábitos mentais dos homens da época.

Se no século XVIII os dados estatísticos voavam indicando uma produtividade antes desconhecida, o pensamento social deste período também realizava seus vôos rumo a novas descobertas. A pressuposição de que o processo histórico possui uma lógica passível de ser apreendida constituiu um acontecimento que abria novas pistas para a investigação racional da sociedade. Este enfoque, por exemplo estava na obra de Vico (1668 - 1744), para o qual é o homem quem produz a história. Apoiando-se nesse ponto de vista, afirmava que

a sociedade podia ser compreendida porque, ao contrário da natureza, ela constitui obra dos próprios indivíduos. Essa postura diante da sociedade, que encontra em Vico um de seus expoentes, influenciou os historiadores escoceses da época, como David Hume (1711-1776) e Adam Ferguson (1723-1816), e seria posteriormente desenvolvida e amadurecida por Hegel e Marx.

Data também dessa época a disposição de tratar a sociedade a partir do estudo de seus grupos e não dos indivíduos isolados. Essa orientação estava, por exemplo, nos trabalhos de Ferguson, que acrescentava que para o estudo da sociedade era necessário evitar conjecturas e especulações. A obra deste historiador escocês revela a influência de algumas idéias de Bacon, como a de que é a indução, e não a dedução, que nos revela a natureza do mundo, e a importância da observação enquanto instrumento para a obtenção do conhecimento.

No entanto, é entre os pensadores franceses do século XVIII que encontramos um grupo de filósofos que procurava transformar não apenas as velhas formas de conhecimento, baseadas na tradição e na autoridade, mas a própria sociedade. Os iluministas, enquanto ideólogos da burguesia, que nesta época posicionava-se de forma revolucionária, atacaram com veemência os fundamentos da sociedade feudal, os privilégios de sua classe dominante e as restrições que esta impunha aos interesses econômicos e políticos da burguesia.

A intensidade do conflito entre as classes dominantes da sociedade feudal e a burguesia revolucionária que leva os filósofos, seus representantes intelectuais, a atacarem de forma impiedosa a sociedade feudal e a sua estrutura de conhecimento, e a negarem abertamente a sociedade existente.

Para proceder a uma indagação crítica da sociedade da época, os iluministas partiram dos seus antecessores do século XVII, como Descartes, Bacon, Hobbes e outros, reelaborando, porém, algumas de suas idéias e procedimentos. Ao invés de utilizar a dedução, como a maioria dos pensadores do século XVII, os iluministas insistiam numa explicação da realidade baseada no modelo das ciências da natureza. Nesse sentido, eram influenciados mais por Newton, com seu modelo de conhecimento baseado na observação, na experimentação e na acumulação de dados, fio que por Descartes, com seu método de investigação baseado na dedução.

Influenciado por esse estado de espírito, Condorcet (1742-1794), por exemplo, desejava aplicar os métodos matemáticos ao estudo dos fenômenos sociais, estabelecendo uma área própria de investigação a que denominava "matemática social". Admitia ele que, utilizando os mesmos procedimentos das ciências naturais para o estudo da sociedade, este poderia atingir a mesma precisão de vocabulário e exatidão de resultados obtidas por aqueles.

Combinando o uso da razão e da observação, os iluministas analisaram quase todos os aspectos da sociedade. Os trabalhos de Montesquieu (1689-1755), por exemplo, estabelecem uma série de observações sobre a população, o comércio, a religião, a moral, a família etc. O objetivo dos iluministas, ao estudar as instituições de sua época, era demonstrar que elas eram irracionais e injustas, que atentavam contra a natureza dos indivíduos e, nesse sentido, impediam a liberdade do homem. Concebiam o indivíduo como dotado de razão, possuindo uma perfeição inata e destinado à liberdade e à igualdade social. Ora, se as instituições existentes constituíam um obstáculo à liberdade do indivíduo e à sua plena realização, elas, segundo eles, deveriam ser eliminadas. Dessa forma reivindicavam a liberação do indivíduo de todos os laços sociais tradicionais, tal como as corporações, a autoridade feudal etc.

Procedendo desta forma, os iluministas conferiam uma clara dimensão crítica e negadora ao conhecimento, pois este assumia a tarefa não só de conhecer o mundo natural ou social tal como se apresentavam, mas também de criticá-lo e rejeitá-lo. O conhecimento da realidade e a disposição de transformá-la eram, portanto, uma só coisa. A filosofia, de acordo com esta concepção, não constituía um mero conjunto de noções abstratas distante e à margem da realidade, mas, ao contrário, um valioso instrumento prático que criticava a sociedade presente, vislumbrando outras possibilidades de existência social além das existentes.

O visível progresso das formas de pensar, fruto das novas maneiras de produzir e viver, contribuía para afastar interpretações baseadas em superstições e crenças infundadas, assim como abria um espaço para a constituição de um saber sobre os fenômenos histórico-sociais. Esta crescente racionalização da vida social, que gerava um clima propício à constituição de um estudo científico da sociedade, não era, porém, um privilégio de filósofos e homens que se dedicavam ao conhecimento.

O "homem comum" dessa época também deixava, cada vez mais, de encarar as instituições sociais, as normas, como fenômenos sagrados e imutáveis, submetidos a forças sobrenaturais, passando a percebê-las como produtos da atividade humana, portanto passíveis de serem conhecidas e transformadas.

A intensidade da crítica às instituições feudais levada a cabo pelos iluministas constituía indisfarçável indício da virulência da luta que a burguesia travava no plano político contra as classes que sustentavam a dominação feudal. Na França, o conflito entre as novas forças sociais ascendentes chocava-se com uma típica

monarquia absolutista, que assegurava consideráveis privilégios a aproximadamente quinhentas mil pessoas, isso num país que possuía ao final do século XVIII uma população de vinte e três milhões de indivíduos. Esta camada privilegiada não apenas gozava de isenção de impostos e possuía direitos para receber tributos feudais, mas impedia ao mesmo tempo a constituição de livre-empresa, a exploração eficiente da terra e - demonstrava-se incapaz de criar uma administração padronizada através de uma política tributária racional e imparcial.

A burguesia, ao tomar o poder em 1789, investiu decididamente contra os fundamentos da sociedade feudal, procurando construir um Estado que assegurasse sua autonomia em face da Igreja e que protegesse e incentivasse a empresa capitalista. Para a destruição do "ancien régime", foram mobilizadas as massas, especialmente os trabalhadores pobres das cidades. Alguns meses mais tarde, elas foram "presenteadas", pela nova classe dominante, com a interdição dos seus sindicatos.

A investida da burguesia rumo ao poder, sucedeu-se uma liquidação sistemática do velho regime. A revolução ainda não completara um ano de existência, mas fora suficientemente intempestiva para liquidar a velha estrutura feudal e o Estado monárquico.

O objetivo da revolução de 1789 não era apenas mudar a estrutura do Estado, mas abolir radicalmente a antiga forma de sociedade, com suas instituições tradicionais, seus costumes e hábitos arraigados, e ao mesmo tempo promover profundas inovações na economia, na política, na vida cultural etc. É dentro desse contexto que se situam a abolição dos grêmios e das corporações e a promulgação de uma legislação que limitava os poderes patriarcais na família, coibindo os abusos da autoridade do pai, forçando-o a uma divisão igualitária da propriedade. A revolução desferiu também seus golpes contra a Igreja, confiscando suas propriedades, suprimindo os votos monásticos e transferindo para o Estado as funções da educação, tradicionalmente controladas pela Igreja. Investiu contra e destruiu os antigos privilégios de classe, amparou e incentivou o empresário.



A verdade é que a burguesia, uma vez instalada no poder, se assusta com a própria revolução. Uma das facções revolucionárias, por exemplo, os jacobinos, estava disposta a aprofundá-la, radicalizando-a e levando-a até o fim, situando-a além do projeto e dos interesses da burguesia. Para contornar a propagação de novos surtos revolucionários, enquanto estratégia para modificação das sociedades, seria necessário, de acordo com os interesses da burguesia, controlar e neutralizar novos levantes revolucionários. Nesse sentido, era de fundamental importância proceder a modificações substanciais em sua teoria da sociedade.

A interpretação crítica e negadora da realidade, que constituiu um dos traços marcantes do pensamento iluminista e alimentou o projeto revolucionário da burguesia, deveria de agora em diante ser "superada" por uma outra que conduzisse não mais à revolução, mas à "organização", ao "aperfeiçoamento" da sociedade. Saint-Simon, de uma maneira muito explícita, afirmaria a este respeito que "a filosofia do último século foi revolucionária; a do século XX deve ser reorganizadora". A tarefa que os fundadores da sociologia assumem é, portanto, a de estabilização da nova ordem. Comte também é muito claro quanto a essa questão. Para ele, a nova teoria da sociedade, que ele denominava de "positiva", deveria ensinar os homens a aceitar a ordem existente, deixando de lado, a sua negação.

A França, no início do século XIX, ia se tornando visivelmente uma sociedade industrial, com uma introdução progressiva da maquinaria, principalmente no setor têxtil. Mas o desenvolvimento acarretado por essa industrialização causava aos operários franceses miséria e desemprego. Essa situação logo encontraria resposta por parte da classe trabalhadora. Em 1816-1817 e em 1825-1827, os operários destroem as máquinas em manifestações de revolta. Com a industrialização da sociedade francesa, conduzida pelo empresário capitalista, repetem-se determinadas situações sociais vividas pela Inglaterra no início de, sua revolução industrial. Eram visíveis, a essa época, a utilização intensiva do trabalho barato de mulheres e crianças, uma desordenada migração do campo para a cidade, gerando problemas de habitação, de higiene, aumento do alcoolismo e da prostituição, alta taxa de mortalidade infantil etc.

A partir da terceira década do século XIX, intensificam-se na sociedade francesa as crises econômicas e as lutas de classes. A contestação da ordem capitalista, levada a cabo pela classe trabalhadora, passa a ser reprimida com violência, como em 1848, quando a burguesia utiliza os aparatos do Estado, por ela dominado, para sufocar as pressões populares. Cada vez mais ficava claro para a burguesia e seus representantes intelectuais que a filosofia iluminista, que passava a ser designada por eles como "metafísica", "atividade crítica inconsequente", não seria capaz de interromper aquilo que denominavam estado de "desorganização", de "anarquia política" e criar uma ordem social estável.

Determinados pensadores da época estavam imbuídos da crença de que para introduzir uma "higiene" na sociedade, para "reorganizá-la", seria necessário fundar uma nova ciência. Durkheim, ao discutir a formação da sociologia na França do século XIX, refere-se a Saint-Simon da seguinte forma: "O desmoronamento do antigo sistema social, ao instigar a reflexão à busca de um remédio para os males de que a sociedade padecia, incitava-o por isso mesmo a aplicar-se às coisas coletivas. Partindo da idéia de que a perturbação que atingia as sociedades européias resultava do seu estado de desorganização intelectual, ele entregou-se à tarefa de pôr termo a isto. Para refazer uma consciência nas sociedades, são estas que importa, antes de tudo, conhecer. Ora, esta ciência das sociedades, a mais importante de todas, não existia; era necessário, portanto, num interesse prático, fundá-la sem demora".

Como se percebe pela afirmação de Durkheim, esta ciência surge com interesses práticos e não "como que por encanto", como certa vez afirmara.

Enquanto resposta intelectual à "crise social" de seu tempo, os primeiros sociólogos irão revalorizar determinadas instituições que segundo eles desempenham papéis fundamentais na integração e na coesão da vida social. A jovem ciência assumia como tarefa intelectual repensar o problema da ordem social, enfatizando a importância de instituições como a autoridade, a família, a hierarquia social, destacando a sua importância teórica para o estudo da sociedade. Assim, por exemplo, Le Play (1806-1882) afirmaria que é a família e não o indivíduo isolado que possuía significação para uma compreensão da sociedade, pois era uma unidade fundamental para a experiência do indivíduo e elemento importante para o conhecimento da sociedade. Ao realizar um vasto estudo sobre as famílias de trabalhadores, insistia que estas, sob a industrialização, haviam se tornado descontínuas, inseguras e instáveis. Diante de tais fatos, propunha como solução para a restauração de seu papel de "unidade social básica" a reafirmação da autoridade do "chefe de família", evitando a igualdade jurídica de homens e mulheres, delimitando o papel da mulher às funções exclusivas de mãe, esposa e filha.

Procedendo dessa forma, ou seja, tentando instaurar um estado de equilíbrio numa sociedade cindida pelos conflitos de classe, esta sociologia inicial revestiu-se de um indisfarçável conteúdo estabilizador, ligando-se aos movimentos de reforma conservadora da sociedade.

Na concepção de um de seus fundadores, Comte, a sociologia deveria orientar-se no sentido de conhecer e estabelecer aquilo que ele denominava leis imutáveis da vida social, abstendo-se de qualquer consideração crítica, eliminando também qualquer discussão sobre a realidade existente, deixando de abordar, por exemplo, a questão da igualdade, da justiça, da liberdade. Vejamos como ele a define e quais objetivos deveria ela perseguir, na sua concepção:

"Entendo por física social a ciência que tem por objeto próprio o estudo dos fenômenos sociais, segundo o mesmo espírito com que são considerados os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, isto é, submetidos a leis invariáveis, cuja descoberta é o objetivo de suas pesquisas. Os resultados de suas pesquisas tornam-se o ponto de partida positivo dos trabalhos do homem de Estado, que só tem, por assim dizer, como objetivo real descobrir e instituir as formas práticas correspondentes a esses dados fundamentais, a fim de evitar ou pelo menos mitigar, quanto possível, as crises mais ou menos graves que um movimento espontâneo determina, quando não foi previsto. Numa palavra, a ciência conduz à previdência, e a previdência permite regular a ação".

Não deixa de ser sugestivo o termo "física social", utilizado por Comte para referir-se à nova ciência, uma vez que ele expressa o desejo de construí-la a partir dos modelos das ciências físico-naturais. A oficialização da sociologia foi portanto em larga medida uma criação do positivismo, e uma vez assim constituída procurará realizar a legitimação intelectual do novo regime.

Esta sociologia de inspiração positivista procurará construir uma teoria social separada não apenas da filosofia negativa, mas também da economia política como base para o conhecimento da realidade social. Separando a filosofia e a economia política, isolando-as do estudo da sociedade, esta sociologia procura criar um objeto autônomo, "o social", postulando uma independência dos fenômenos sociais em face dos econômicos.

Não será esta sociologia, criada e moldada pelo espírito positivista, que colocará em questão os fundamentos da sociedade capitalista, já então plenamente configurada. Também não será nela que o proletariado encontrará a sua expressão teórica e a orientação para suas lutas práticas. É no pensamento socialista, em seus diferentes matizes, que o proletariado, esse rebento da revolução industrial, buscará seu referencial teórico para levar adiante as suas lutas na sociedade de classes. É neste contexto que a sociologia vincula-se ao socialismo e a nova teoria crítica da sociedade passa a estar ao lado dos interesses da classe trabalhadora.

Envolvendo-se desde o seu início nos debates entre as classes sociais, nas disputas e nos antagonismos que ocorriam no interior da sociedade, a sociologia sempre foi algo mais do que mera tentativa de reflexão sobre a moderna sociedade. Suas explicações sempre contiveram intenções práticas, um desejo de interferir no rumo desta civilização, tanto para manter como para alterar os fundamentos da sociedade que a impulsionaram e a tornaram possível.

CAPÍTULO SEGUNDO: A FORMAÇÃO

No final do século passado, o matemático francês Henri Poincaré referiu-se à sociologia como ciência de muitos métodos e poucos resultados. Ao que tudo indica, nos dias de hoje poucas pessoas colocam em dúvida os resultados alcançados pela sociologia: As inúmeras pesquisas realizadas pelos sociólogos, a presença da sociologia nas universidades, nas empresas, nos organismos estatais, atestam a sua realidade. Ao lado desta crescente presença da sociologia no nosso cotidiano, continua porém chamando a atenção daqueles que se interessam por ela os freqüentes e acirrados debates que são travados em seu interior sobre o seu objeto de estudo e os seus métodos de investigação.

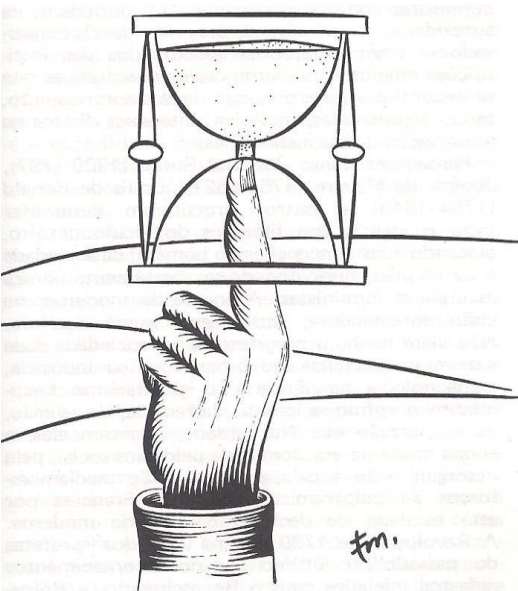
A falta de um entendimento comum por parte dos sociólogos sobre a sua ciência possui, em boa medida, uma relação com a formação de uma sociedade dividida pelos antagonismos de classe. A existência de interesses opostos na sociedade capitalista penetrou e invadiu a formação da sociologia. As alternativas históricas existentes nessa sociedade, seja a de sua conservação ou de sua transformação radical, eram situações reais com que se deparavam os pioneiros da sociologia. Este contexto histórico influenciou enormemente suas visões a respeito de como deveria ser analisada a sociedade, refletindo-se também no conteúdo político de seus trabalhos. Tal situação, evidentemente, continua afetando os trabalhos dos sociólogos contemporâneos.

O caráter antagonico da sociedade capitalista, ao impedir um entendimento comum por parte dos sociólogos em torno ao objeto e aos métodos de investigação desta disciplina, deu margem ao nascimento de diferentes tradições sociológicas ou distintas sociologias, como preferem afirmar alguns sociólogos.

Não podemos perder de vista o fato de que a sociologia surgiu num momento de grande expansão do capitalismo. Alguns sociólogos assumiram uma atitude de otimismo diante da sociedade capitalista nascente, identificando os valores e os interesses da classe dominante como representativas do conjunto da sociedade. A perspectiva que os norteava era a de buscar o pleno funcionamento de suas instituições econômicas e políticas. Os conflitos e as lutas em que se envolviam as classes sociais, constituíam para alguns deles fenômenos passageiros, passíveis de serem superados.

Uma das tradições sociológicas, que se comprometeu com a defesa da ordem instalada pelo capitalismo, encontrou no pensamento conservador uma rica fonte de inspiração para formular seus principais conceitos explicativos da realidade.

Os conservadores, que foram chamados de "profetas do passado", construíram suas obras contra a herança dos filósofos iluministas. Não eram intelectuais que justificavam a nova sociedade por suas realizações políticas ou econômicas. Ao contrário, a inspiração do pensamento conservador era a sociedade feudal, com sua estabilidade e acentuada hierarquia social. Não estavam interessados em defender uma sociedade moldada a partir de determinados princípios defendidos pelos filósofos iluministas, nem um capitalismo que mais e mais se transformava, apresentando sua faceta industrial e financeira. O fascínio que as sociedades da Idade Média exercia sobre eles conferiu a esses pensadores e às suas obras um verdadeiro sabor medieval.



Os profetas do passado.

Ilustração: Numa ampulheta uma mão tampa o buraco por onde devia descer a areia que faz o tempo avançar. Título: Os profetas do passado.

O ponto de partida dos conservadores foi o impacto da Revolução Francesa, que julgavam um castigo de Deus à humanidade. Não cansavam de responsabilizar os iluministas e suas idéias como um dos elementos desencadeadores da Revolução de 1789. Consideravam as crenças iluministas como aniquiladoras da propriedade, da autoridade, da religião e da própria vida. Os conservadores eram defensores apaixonados das instituições religiosas, monárquicas e aristocráticas que se encontravam em processo de desmoronamento, tendo alguns deles, inclusive, interesses diretos na preservação destas instituições.

Pensadores como Edmund Burke (1729-1797), Joseph de Maistre (1754-1821), Louis de Bonald (1754-1840) e outros procuraram desmontar todo o ideário dos filósofos do século dezoito, atacando suas concepções do homem, da sociedade e da religião, posicionando-se abertamente contra as crenças iluministas.

A sociedade moderna, na visão conservadora, estava em franco declínio. Não viam nenhum progresso numa sociedade cada vez mais alicerçada no urbanismo, na indústria, na tecnologia, na ciência e no igualitarismo. Lastimavam o enfraquecimento da família, da religião, da corporação etc. Na verdade, julgavam eles, a época moderna era dominada pelo caos social, pela desorganização e pela anarquia. Não mediam esforços ao culparem a Revolução Francesa por esta escalada do declínio da história moderna. A Revolução de 1789 era, na visão dos "profetas do passado", o último elo dos acontecimentos nefastos iniciados com o Renascimento, a Reforma Protestante e a Era da Razão.

Ao fazer a crítica da modernidade, inaugurada por acontecimentos como a economia industrial, o urbanismo, a Revolução Francesa, os conservadores estavam tecendo uma nova teoria sobre a sociedade cujas atenções centravam-se no estudo de instituições sociais como a família, a religião, o grupo social, e a contribuição delas para a manutenção da ordem social. Preocupados com a ordem e a estabilidade, com a coesão social, enfatizariam a importância da autoridade, da hierarquia, da tradição e dos valores morais para a conservação da vida social.

As idéias dos conservadores constituíam um ponto de referência para os pioneiros da sociologia, interessados na preservação da nova ordem econômica e política que estava sendo implantada nas sociedades européias ao final do século passado. Estes, no entanto, modificariam algumas das concepções dos "profetas do passado", adaptando-as às novas circunstâncias históricas. Estavam conscientes de que não seria possível voltar à velha sociedade feudal e restaurar as suas instituições, como desejavam os conservadores. Alguns dos pioneiros da sociologia, preocupados com a defesa da nova ordem social, chegavam mesmo a considerar

algumas idéias dos conservadores como reacionárias, mas ficavam decididamente encantados com a devoção que eles dedicavam à manutenção da ordem e admiravam seus estudos sobre esta questão.

E entre os autores positivistas, de modo destacado Saint-Simon, Auguste Comte e Emile Durkheim, que as idéias dos conservadores exerceriam uma grande influência. Alguns deles chegavam a afirmar que a "escola retrógrada", por eles considerada imortal, seria sempre merecedora da admiração e da gratidão dos positivistas. São estes autores que, de modo destacado, iniciarão o trabalho de rever uma série de idéias dos conservadores, procurando dar a elas uma nova roupagem, com o propósito de defender os interesses dominantes da sociedade capitalista.

É comum encontrarmos a inclusão de Saint-Simon (1760-1825) entre os primeiros pensadores socialistas. O próprio Engels rendeu-lhe homenagem reputando algumas de suas descobertas geniais, vendo nelas o germe de futuras idéias socialistas. Mas, por outro lado, ele também é saudado como um dos fundadores do positivismo. Durkheim costumava afirmar que o considerava o iniciador do positivismo e o verdadeiro pai da sociologia, em vez de Comte, que geralmente tem merecido esse destaque. Dono de uma cabeça fértil em idéias e de um espírito irrequieto, Saint-Simon sofreu a influência de idéias iluministas e revolucionárias, mas também foi seduzido pelo pensamento conservador. Teve como um de seus mestres, ou melhor, como preceptor, o famoso filósofo iluminista DAlambert, sendo sensível também às formulações de Bonatd, um notório conservador. Vamos aqui, rapidamente, destacar mais o seu lado positivista, portanto a sua dimensão conservadora.

Saint-Simon tem sido geralmente considerado o "mais eloqüente dos profetas da burguesia", um grande entusiasta da sociedade industrial. A sociedade francesa pós-revolucionária, no entanto, parecia-lhe "perturbada", pois nela reinava, segundo ele, um clima de "desordem" e de "anarquia". Uma vez que todas as relações sociais tinham se tornado instáveis, o problema a ser enfrentado, em sua opinião, era o da restauração da ordem.

Ele percebia novas forças atuantes na sociedade, capazes de propiciar uma nova coesão social. Em sua visão, a nova época era a do industrialismo, que trazia consigo a possibilidade de satisfazer todas as necessidades humanas e constituía a única fonte de riqueza e prosperidade. Acreditava também que o progresso econômico acabaria com os conflitos sociais e traria segurança para os homens. A função do pensamento social neste contexto deveria ser a de orientar a indústria e a produção.

A união dos industriais com os homens de ciência, formando a elite da sociedade e conduzindo seus rumos era a força capaz de trazer ordem e harmonia à emergente sociedade industrial. A ciência, para ele, poderia desempenhar a mesma função de conservação social que a religião tivera no período feudal. Os cientistas, ao estabelecerem verdades que seriam aceitas por todos os homens, ocupariam o papel que possuía o clero na sociedade feudal, ao passo que os fabricantes, os comerciantes e os banqueiros substituiriam os senhores feudais. Esta nova elite estabeleceria os objetivos da sociedade, ocupando, para tanto, uma posição de mando frente aos trabalhadores.

O avanço que estava ocorrendo no conhecimento científico foi percebido por ele, que notou, no entanto, uma grande lacuna nesta área do saber. Tratava-se, exatamente, da inexistência da ciência da sociedade. Ela era vital, em sua opinião, para o estabelecimento da nova ordem social. Esta deveria, em suas investigações, utilizar os mesmos métodos das ciências naturais. A nova ciência deveria descobrir as leis do progresso e do desenvolvimento social.

Mesmo tendo uma visão otimista da sociedade industrial, ele admitia a existência de conflitos entre os possuidores e os não possuidores. No entanto, acreditava que os primeiros tinham a possibilidade de atenuar este conflito apelando a medidas repressivas ou elaborando novas normas que orientassem a conduta dos indivíduos.

Admitia que a segunda escolha era mais eficiente e racional. Caberia, portanto, à ciência da sociedade descobrir essas novas normas que pudessem guiar a conduta da classe trabalhadora, retraindo seus possíveis ímpetus revolucionários. Jamais ocultou sua crença de que as melhorias das condições de vida dos trabalhadores deveriam ser iniciativa da elite formada pelos industriais e cientistas.

Várias das idéias de Saint-Simon seriam retomadas por Auguste Comte (1798-1857), pensador menos original, embora mais sistemático que Saint-Simon. Durante um certo período, Comte foi seu secretário particular, até que se desentenderam intelectualmente. Vários historiadores do pensamento social têm observado que Comte, em boa medida, deve suas principais idéias a Saint-Simon. Ao contrário desse pensador, que possuía uma faceta progressista, posteriormente incorporada ao pensamento socialista, Comte é um pensador inteiramente conservador, um defensor sem ambigüidades da nova sociedade.

A motivação da obra de Comte repousa no estado de "anarquia" e de "desordem" de sua época histórica. Segundo ele, as sociedades européias se encontravam em um profundo estado de caos social. Em sua visão, as

idéias religiosas haviam há muito perdido sua força na conduta dos homens e não seria a partir delas que se daria a reorganização da nova sociedade. Muito menos das idéias dos iluministas. Comte era extremamente impiedoso no seu ataque a esses pensadores, a quem chamava de "doutores em guilhotina", vendo em suas idéias o "veneno da desintegração social". Para ele, a propagação das idéias iluministas em plena sociedade industrial somente poderia levar à desunião entre os homens. Para haver coesão e equilíbrio na sociedade seria necessário restabelecer a ordem nas idéias e nos conhecimentos, criando um conjunto de crenças comuns a todos os Homens.

Convicto de que a reorganização da sociedade exigiria a elaboração de uma nova maneira de conhecer a realidade, Comte procurou estabelecer os princípios que deveriam nortear os conhecimentos humanos. Seu ponto de partida era a ciência e o avanço que ela vinha obtendo em todos os campos de investigação. A filosofia, para ele, deixava de ser uma atividade independente, com propósitos e finalidades específicas, para ser reduzida a uma mera disciplina auxiliar da ciência, tendo por função refletir sobre os métodos e os resultados alcançados por ela.

A verdadeira filosofia, no seu entender, deveria proceder diante da realidade de forma "positiva". A escolha desta última palavra tinha a intenção de diferenciar a filosofia por ele criada da do século dezoito, que era negativa, ou seja, contestava as instituições sociais que ameaçavam a liberdade dos homens. A sua filosofia positiva era, nesse sentido, uma clara reação às tendências dos iluministas. O espírito positivo, em oposição à filosofia iluminista, que em sua visão apenas criticava, não possuía caráter destrutivo, mas estava exatamente preocupado em organizar a realidade.

Em seus trabalhos, sociologia e positivismo aparecem intimamente ligados, uma vez que a criação desta ciência marcaria o triunfo final do positivismo no pensamento humano. O advento da sociologia representava para Comte o coroamento da evolução do conhecimento científico, já constituído em varias áreas do saber. A matemática, a astronomia, a física, a química e a biologia eram ciências que já se encontravam formadas, faltando, no entanto, fundar uma "física social", ou seja, a sociologia. Ela deveria utilizar em suas investigações os mesmos procedimentos das ciências naturais, tais como a observação, a experimentação, a comparação etc.

O positivismo procurou oferecer uma orientação geral para a formação da sociologia ao estabelecer que ela deveria basicamente proceder em suas pesquisas com o mesmo estado de espírito que dirigia a astronomia ou a física rumo a suas descobertas. A sociologia deveria, tal como as demais ciências, dedicar-se à busca dos acontecimentos constantes e repetitivos da natureza.

Comte considerava como um dos pontos altos de sua sociologia a reconciliação entre a "ordem" e o "progresso", pregando a necessidade mútua destes dois elementos para a nova sociedade. Para ele, o equívoco dos conservadores ao desejarem a restauração do velho regime feudal era postular a ordem em detrimento do progresso.

Inversamente, argumentava, os revolucionários preocupavam-se tão somente com o "progresso", menosprezando a necessidade de ordem na sociedade. A sociologia positivista considerava que a ordem existente era, sem dúvida alguma, o ponto de partida para a construção da nova sociedade. Admitia Comte que algumas reformas poderiam ser introduzidas na sociedade mudanças que seriam comandadas pelos cientistas e industriais, de tal modo que o progresso constituiria uma consequência suave e gradual da ordem.

Também para Durkheim (1858-1917) a questão da ordem social seria uma preocupação constante. De forma sistemática, ocupou-se também com estabelecer o objeto de estudo da sociologia, assim como indicar o seu método de investigação. É através dele que a sociologia penetrou a Universidade, conferindo a esta disciplina o reconhecimento acadêmico.

Sua obra foi elaborada num período de constantes crises econômicas, que causavam desemprego e miséria entre os trabalhadores, ocasionando o aguçamento das lutas de classes, com os operários passando a utilizar a greve como instrumento de luta e fundando os seus sindicatos. Não obstante esta situação de conflito, o início do século XX também é marcado por grandes progressos no campo tecnológico, como a utilização do petróleo e da eletricidade como fontes de energia, o que criava um certo clima de euforia e de esperança em torno do progresso econômico.

Vivendo numa época em que as teorias socialistas ganhavam terreno, Durkheim não podia desconhecê-las, tanto que as suas idéias, em certo sentido, constituíam a tentativa de fornecer uma resposta às formulações socialistas. Discordava das teorias socialistas, principalmente quanto à ênfase que elas atribuíam aos fatos econômicos para diagnosticar a crise das sociedades européias. Durkheim acreditava que a raiz dos problemas de seu tempo não era de natureza econômica, mas sim uma certa fragilidade da moral da época em orientar adequadamente o comportamento dos indivíduos. Com isto, procurava destacar que os programas de mudança esboçados pelos

socialistas, que implicavam modificações na propriedade e na redistribuição da riqueza, ou seja, medidas acentuadamente econômicas, não contribuíam para solucionar os problemas da época.

Para ele, seria de fundamental importância encontrar novas idéias morais capazes de guiar a conduta dos indivíduos. Considerava que a ciência poderia, através de suas investigações, encontrar soluções nesse sentido. Compartilhava com Saint-Simon a crença de que os valores morais constituíam um dos elementos eficazes para neutralizar as crises econômicas e políticas de sua época histórica. Acreditava também que era a partir deles que se poderia criar relações estáveis e duradouras entre os homens.

Possuía uma visão otimista da nascente sociedade industrial. Considerava que a crescente divisão do trabalho que estava ocorrendo a todo vapor na sociedade européia acarretava, ao invés de conflitos sociais, um sensível aumento da solidariedade entre os homens. De acordo com ele, cada membro da sociedade, tendo uma atividade profissional mais especializada, passava a depender cada vez mais do outro. Julgava, assim, que o efeito mais importante da divisão de trabalho não era o seu aspecto econômico, ou seja, o aumento da produtividade, mas sim o fato de que ela tornava possível a união e a solidariedade entre os homens.

Segundo Durkheim, a divisão do trabalho deveria em geral provocar uma relação de cooperação e de solidariedade entre os homens. No entanto, como as transformações sócio-econômicas ocorriam velozmente nas sociedades européias, inexistia ainda, de acordo com ele, um novo e eficiente conjunto de idéias morais que pudesse guiar o comportamento dos indivíduos. Tal fato dificultava o "bom funcionamento" da sociedade. Esta situação fazia com que a sociedade industrial mergulhasse em um estado de anomia, ou seja, experimentasse uma ausência de regras claramente estabelecidas. Para Durkheim, a anomia era uma demonstração contundente de que a sociedade encontrava-se socialmente doente. As freqüentes ondas de suicídios na nascente sociedade industrial foram analisadas por ele como um bom indício de que a sociedade encontrava-se incapaz de exercer controle sobre o comportamento de seus membros.

Preocupado em estabelecer um objeto de estudo e um método para a sociologia, Durkheim dedicou-se a esta questão, salientando que nenhuma ciência poderia se constituir sem uma área própria de investigação. A sociologia deveria tornar-se uma disciplina independente, pois existia um conjunto de fenômenos na realidade que distinguia-se daqueles estudados por outras ciências, não se confundindo seu objeto, por exemplo, com a Biologia ou a psicologia. A sociologia deveria se ocupar, de acordo com ele, com os fatos sociais que se apresentavam aos indivíduos como exteriores e coercitivos. O que ele desejava salientar com isso é que um indivíduo, ao nascer, já encontra pronta e constituída a sociedade. Assim, o direito, os costumes, as crenças religiosas, o sistema financeiro foram criados não por ele, mas pelas gerações passadas, sendo transmitidos às novas através do processo de educação.

As nossas maneiras de comportar, de sentir as coisas, de curtir a vida, além de serem criadas e estabelecidas "pelos outros", ou seja, através das gerações passadas, possuem a qualidade de serem coercitivas. Com isso, Durkheim desejava assinalar o caráter impositivo dos fatos sociais, pois segundo ele comportamo-nos segundo o figurino das regras socialmente aprovadas.

Ao enfatizar ao longo de sua obra o caráter exterior e coercitivo dos fatos sociais, Durkheim menosprezou a criatividade dos homens no processo histórico. Estes surgem sempre, em sua sociologia, como seres passivos, jamais como sujeitos capazes de negar e transformar a realidade histórica.

O positivismo durkheimiano acreditava que a sociedade poderia ser analisada da mesma forma que os fenômenos da natureza. A partir dessa suposição, recomendava que o sociólogo utilizasse em seus estudos os mesmos procedimentos das ciências naturais. Costumava afirmar que, durante as suas investigações, o sociólogo precisava se encontrar em um estado de espírito semelhante ao dos físicos ou químicos.

Disposto a restabelecer a "saúde" da sociedade, insistia que seria necessário criar novos hábitos e comportamentos no homem moderno, visando ao "bom funcionamento" da sociedade. Era de fundamental importância, nesse sentido, incentivar a moderação dos interesses econômicos, enfatizar a noção de disciplina e de dever, assim como difundir o culto à sociedade, às suas leis e à hierarquia existente.

A função da sociologia, nessa perspectiva, seria a de detectar e buscar soluções para os "problemas sociais", restaurando a "normalidade social" e se convertendo dessa forma numa técnica de controle social e de manutenção do poder vigente.

O seu pensamento marcou decisivamente a sociologia contemporânea, principalmente as tendências que têm-se preocupado com a questão da manutenção da ordem social. Sua influência no meio acadêmico francês foi quase imediata, formando vários discípulos que continuaram a desenvolver as suas preocupações. A sua influência fora do meio acadêmico francês começou um pouco mais tarde, por volta de 1930, quando, na Inglaterra, dois antropólogos, Malinowski e RadcliffeBrown, armaram a partir de seus trabalhos os alicerces do método de investigação funcionalista (busca de explicação das instituições sociais e culturais em termos da contribuição que estas fornecem para a manutenção da estrutura social). No Estados Unidos, a partir daquela

data, as suas idéias começaram a ganhar terreno no meio universitário, exercendo grande fascínio em inúmeros pesquisadores. No entanto, foram dois sociólogos americanos, Mertom e Parsons, em boa medida os responsáveis pelo desenvolvimento do funcionalismo moderno e pela integração da contribuição de Durkheim ao pensamento sociológico contemporâneo, destacando a sua contribuição ao progresso teórico desta disciplina.

Se a preocupação básica do positivismo foi com a manutenção e a preservação da ordem capitalista, é o pensamento socialista que procurará realizar uma crítica radical a esse tipo histórico de sociedade, colocando em evidência os seus antagonismos e contradições. É a partir de sua perspectiva teórica que a sociedade capitalista passa a ser analisada como um acontecimento transitório. O aparecimento de uma classe revolucionária na sociedade - o proletariado - cria as condições para o surgimento de uma nova teoria crítica da sociedade, que assume como tarefa teórica a explicação crítica da sociedade e como objetivo final a sua superação.

A formação e o desenvolvimento do conhecimento sociológico crítico e negador da sociedade capitalista sem dúvida liga-se à tradição do pensamento socialista, que encontra em Marx (1818-1883) e Engels (1820-1903) a sua elaboração mais expressiva. Estes pensadores não estavam preocupados em fundar a sociologia como disciplina específica. A rigor, não encontramos neles a intenção de estabelecer fronteiras rígidas entre os diferentes campos do saber, tão ao gosto dos "especialistas" de nossos dias. Em suas obras, disciplinas que hoje chamamos de antropologia, ciência política, economia, sociologia, estão profundamente interligadas, procurando oferecer uma explicação da sociedade como um todo, colocando em evidência as suas dimensões globais. Grosso modo, seus trabalhos não foram elaborados nos bancos das universidades, mas com bastante frequência, no calor das lutas políticas.

A formação teórica do socialismo marxista constitui uma complexa operação intelectual, na qual são assimiladas de maneira crítica as três principais correntes do pensamento europeu do século passado, ou seja, o socialismo, a dialética e a economia política (Para maiores informações sobre a primeira corrente ver nesta coleção "O que é socialismo?")



Ilustração: caricaturas de Marx e Engels apertando as mãos, enquanto o sol nasce no horizonte.

A persistência na nascente sociedade industrial de relações de exploração entre as classes sociais, gerando uma situação de miséria e de opressão, desencadeou levantes revolucionários por parte das classes exploradas. Paralelamente aos sucessivos movimentos revolucionários que iam surgindo nos primórdios do século XIX na Europa Ocidental, aparecia também uma nova maneira de conceber a sociedade, que reivindicava a igualdade entre todos os cidadãos, não só do ponto de vista político, mas também quanto às condições sociais de vida. A questão que vários pensadores colocavam já não dizia respeito à atenuação dos privilégios de algumas classes em relação a outras, mas à própria eliminação dessas diferenças.

O socialismo pré-marxista, também denominado "socialismo utópico", constituía portanto uma clara reação à nova realidade implantada pelo capitalismo, principalmente quanto às suas relações de

exploração. Marx e Engels, ao tomarem contato com a literatura socialista da época, assinalaram as brilhantes idéias de seus antecessores.

No entanto, não deixaram de elaborar algumas críticas a este socialismo, a fim de dar-lhe maior consistência teórica e efetividade prática.

Geralmente, quando faziam o balanço crítico do socialismo anterior às suas formulações, concentravam suas atenções em Saint-Simon, Owen e Fourier. Salientando sempre que possível as idéias geniais destes pensadores, procuravam, no entanto, apontar as suas limitações. Assinalavam que as lacunas existentes neste tipo de socialismo possuíam uma relação com o estágio de desenvolvimento do capitalismo da época, uma vez que as contradições entre burguesia e proletariado não se encontravam ainda plenamente amadurecidas.

Para eles, os socialistas utópicos elaboraram uma crítica à sociedade burguesa mas deixaram de apresentar os meios capazes de promover transformações radicais nesta sociedade. Isso se devia, na avaliação de Marx e Engels, ao caráter profundamente apolítico desse socialismo. Os "utópicos" atuavam como representantes dos interesses da humanidade, não reconhecendo em nenhuma classe social o instrumento para a concretização de suas idéias. Acreditavam eles que se o socialismo pretendesse ser mais do que mero

desabafo crítico ou sonho utópico, seria necessário empreender uma análise histórica da sociedade capitalista, colocando às claras suas leis de funcionamento e de transformação e destacando ao mesmo tempo os agentes históricos capazes de transformá-la.

A filosofia alemã da época de Marx encontrara em Hegel uma de suas mais expressivas figuras. Como se sabe, a dialética ocupava posição de destaque em seu sistema filosófico (para maiores informações sobre este tema, ver, nesta coleção, "O que é dialética?"). Ao tomarem contato com a dialética hegeliana, eles ressaltaram o seu caráter revolucionário, uma vez que o método de análise de Hegel sugeria que tudo o que existia, devido às suas contradições, tendia a extinguir-se. A crítica que eles faziam à dialética hegeliana se dirigia ao seu caráter idealista. O idealismo de Hegel postulava que o pensamento ou o espírito criava a realidade. Para ele, as idéias possuíam independência diante dos objetos da realidade, acreditando que os fenômenos existentes eram projeções do pensamento.

Ao constatar o caráter idealista da dialética hegeliana, procuraram "corrigi-la", recorrendo para tanto ao materialismo filosófico de seu tempo. Mas para eles o materialismo então existente também apresentava falhas, pois era essencialmente mecanicista, isto é, concebia os fenômenos da realidade como permanentes e invariáveis. Segundo eles, este materialismo estava em descompasso com o progresso das ciências naturais, que já haviam colocado em relevo o funcionamento dinâmico dos fenômenos investigados, desqualificando uma interpretação que analisava a natureza como coisa invariável e eterna. Paralelamente ao avanço das pesquisas sobre o caráter dinâmico da natureza, os freqüentes conflitos de classes que ocorriam nos países capitalistas mais avançados da época levavam Marx e Engels a destacar que as sociedades humanas também encontravam-se em contínua transformação, e que o motor da história eram os conflitos e as oposições entre as classes sociais.

A aplicação do materialismo dialético aos fenômenos sociais teve o mérito de fundar uma teoria científica de inegável alcance explicativo: o materialismo histórico. Eles haviam chegado à conclusão de que seria necessário situar o estudo da sociedade a partir de sua base material. Tal constatação implicava que a investigação de qualquer fenômeno social deveria partir da estrutura econômica da sociedade, que a cada época constituía a verdadeira base da história humana.

A partir do momento em que constatarem serem os fatos econômicos a base sobre a qual se apoiavam os outros níveis da realidade, como a religião, a arte e a política, e que a análise da base econômica da sociedade deveria ser orientada pela economia política, é que ocorre o encontro deles com os economistas da Escola Clássica, como Adam Smith e Ricardo.

Uma das principais críticas que dirigiam aos economistas clássicos dizia respeito ao fato destes suporem que a produção dos bens materiais da sociedade era obra de homens isolados, que perseguiram egoisticamente seus interesses particulares. De fato, assinalavam Marx e Engels, na sociedade capitalista o interesse econômico individual fora tomado como um verdadeiro objetivo social, sendo voz corrente nessa sociedade que a melhor maneira de garantir a felicidade de todos seria os indivíduos se entregarem à realização de seus negócios particulares. No entanto, admitir que a produção da sociedade fosse realizada por indivíduos isolados uns dos outros, como imaginava a escola clássica, não passava, segundo eles, de uma grande ficção.

Argumentando contra essa concepção extremamente individualista, procuravam assinalar que o homem era um animal essencialmente social. A observação histórica da vida social demonstrava que os homens se achavam inseridos em agrupamentos que, dependendo do período histórico, poderia ser a tribo, diferentes formas de comunidades ou a família.

A teoria social que surgiu da inspiração marxista não se limitou a ligar política, filosofia e economia. Ela deu um passo a mais, ao estabelecer uma ligação entre teoria e prática, ciência e interesse de classe. O problema da verdade não era para eles uma simples questão teórica, distante da realidade, uma vez que é no terreno da prática que se deve demonstrar a verdade da teoria. O conhecimento da realidade social deve se converter em um instrumento político, capaz de orientar os grupos e as classes sociais para a transformação da sociedade.

A função da sociologia, nessa perspectiva, não era a de solucionar os "problemas sociais", com o propósito de restabelecer o "bom funcionamento da sociedade", como pensaram os positivistas. Longe disso, ela deveria contribuir para a realização de mudanças radicais na sociedade. Sem dúvida, foi o socialismo, principalmente o marxista, que despertou a vocação crítica da sociologia, unindo explicação e alteração da sociedade, e ligando-a aos movimentos de transformação da ordem existente.

Ao contrário do positivismo, que procurou elaborar uma ciência social supostamente "neutra" e "imparcial", Marx e vários de seus seguidores deixaram claro a íntima relação entre o conhecimento por eles produzido e os interesses da classe revolucionária existente na sociedade capitalista o proletariado. Observava

Marx, a este respeito, que assim como os economistas clássicos eram os porta-vozes dos interesses da burguesia, os socialistas e os comunistas constituíam, por sua vez, os representantes da classe operária.

Vimos anteriormente que a sociologia positivista preocupou-se com os problemas da manutenção da ordem existente, concentrando basicamente sua atenção na estabilidade social. Como consequência desse enfoque, as situações de conflito existentes na nascente sociedade industrial foram em larga medida omitidas por esta vertente sociológica. Comprometido com a transformação revolucionária da sociedade, o pensamento marxista procurou tomar as contradições do capitalismo como um de seus focos centrais. Para Marx, assim como para a maioria dos marxistas, a luta de classes, e não a "harmonia" social, constituía a realidade concreta da sociedade capitalista. Ao contrário da sociologia positivista, que via na crescente divisão do trabalho na sociedade moderna uma fonte de solidariedade entre os homens, Marx a apontava como uma das formas pelas quais se realizavam as relações de exploração, antagonismo e alienação.

As contradições que brotavam no capitalismo e que o caracterizavam, derivavam grosso modo do antagonismo entre o proletariado e a burguesia. Os trabalhadores encontravam-se completamente expropriados dos instrumentos de trabalho, confiscados pelos capitalistas. Estavam submetidos a uma dominação econômica, uma vez que se encontravam excluídos da posse dos meios de trabalho. A dominação estendia-se ao campo político, na medida em que a burguesia utilizava o Estado e seus aparelhos repressivos, como a polícia e o exército, para impor os seus interesses ao conjunto da sociedade. A dominação burguesa estendia-se também ao plano cultural, pois ao dominar os meios de comunicação, difundia seus valores e concepções às classes dominadas.

Contrariamente à sociologia positivista, que concebia a sociedade como um fenômeno "mais importante" que os indivíduos que a integram, submetendo-o e dominando-o, a sociedade, nessa perspectiva era concebida como obra e atividade do próprio homem. São os indivíduos que, vivendo e trabalhando, a modificam. Mas, acrescentavam eles, os indivíduos não a modificam ao seu bel-prazer, mas a partir de certas condições históricas existentes.

A sociologia encontrou na teoria social elaborada por Marx e Engels um rico legado de temas para posteriores pesquisas.

Forneceram uma importante contribuição para a análise da ideologia, para a compreensão das relações entre as classes sociais, para o entendimento da natureza e das funções do Estado, para a questão da alienação etc. De considerável valor, deve ser destacado o legado que deixaram às ciências sociais: a aplicação do materialismo dialético ao estudo dos fenômenos sociais. A sociologia encontrou também, nessa vertente de pensamento, inspiração para se tornar um empreendimento crítico e militante, desmistificador da civilização burguesa, e também um compromisso com a construção de uma ordem social na qual fossem eliminadas as relações da exploração entre as classes sociais.

A intenção de conferir à sociologia uma reputação científica encontra na figura de Max Weber (1864-1920) um marco de referência. Durante toda a sua vida, insistiu em estabelecer uma clara distinção entre o conhecimento científico, fruto de cuidadosa investigação, e os julgamentos de valor sobre a realidade. Com isso, desejava assinalar que um cientista não tinha o direito de possuir, a partir de sua profissão, preferências políticas e ideológicas. No entanto, julgava ele, sendo todo cientista também um cidadão, poderia ele assumir posições apaixonadas em face dos problemas econômicos e políticos, mas jamais deveria defendê-los a partir de sua atividade profissional.

A busca de uma neutralidade científica levou Weber a estabelecer uma rigorosa fronteira entre o cientista, homem do saber, das análises frias e penetrantes, e o político, homem de ação e de decisão comprometido com as questões práticas da vida. O que a ciência tem a oferecer a esse homem de ação, segundo Weber, é um entendimento claro de sua conduta, das motivações e das consequências de seus atos.

Essa posição de Weber, que tantas discussões tem provocado entre os cientistas sociais, constitui, ao isolar a sociologia dos movimentos revolucionários, um dos momentos decisivos da profissionalização dessa disciplina. A idéia de uma ciência social neutra seria um argumento útil e fascinante para aqueles que viviam e iriam viver da sociologia como profissão. Ela abria a possibilidade de conceber a sociologia como um conjunto de técnicas neutras que poderiam ser oferecidas a qualquer comprador público ou privado. Vários estudiosos da formação da sociologia têm assinalado, no entanto, que a neutralidade defendida por Weber foi um recurso utilizado por ele na luta pela liberdade intelectual, uma forma de manter a autonomia da sociologia em face da burocracia e do Estado alemão da época.

A produção da vasta obra de Weber ocorreu num período de grande surto de industrialização e crescimento econômico, levado a cabo por Bismarck e continuado por Guilherme II. Tratava-se de uma industrialização tardia, comparada com a industrialização da Inglaterra e da França. O capitalismo industrial

alemão não nasceu de uma ruptura radical com as forças feudais tradicionais, tal como se verifica na sociedade francesa. O arranque econômico da Alemanha dessa época foi realizado com base em um compromisso entre os interesses dos latifundiários prussianos - os Junkers - e os empresários industriais do Oeste Alemão. A classe trabalhadora, constituída por mais da metade da população, estava submetida a uma rígida disciplina nas fábricas, a prolongadas jornadas de trabalho, o que a levava a desencadear, de forma organizada, uma luta por seus direitos políticos e sociais.

A debilidade da burguesia alemã da época para controlar o poder político, mesmo dominando a vida econômica, abriu um formidável espaço para a burocracia enfeixar em suas mãos a direção do Estado. Esta burocracia, que geralmente recrutava seus membros na nobreza, passava a impor a toda a sociedade suas opções políticas, exercendo um verdadeiro despotismo burocrático. É nesse contexto de impotência política da burguesia que Weber observou, certa vez, que o que o preocupava não era a ditadura do proletariado, mas sim a "ditadura do funcionário", numa clara alusão ao poder conferido ao funcionário prussiano.

O surto de crescimento econômico que vivia a sociedade alemã desta época teria repercussões em sua vida acadêmica. A universidade também enriqueceria e o professor pequeno-burguês, atormentado com problemas de subsistência, deu lugar ao docente de classe alta ou média, com tempo para pesquisas e sem fortes pressões para publicá-las.

A formação da sociologia desenvolvida por Weber é influenciada enormemente pelo contexto intelectual alemão de sua época. Incorporou em seus trabalhos algumas idéias de Kant, como a de que todo ser humano é dotado de capacidade e vontade para assumir uma posição consciente diante do mundo. Compartilhava com Nietzsche uma visão pessimista e melancólica dos tempos modernos. Com Sombart possuía a preocupação de desvendar as origens do capitalismo. Em Heidelberg, em cuja universidade foi catedrático entre os anos de 1906 e 1910, entrou em contato com Troeltsch, estudioso da religião, que já havia evidenciado a ligação entre a teologia calvinista e a moral capitalista. Durante o período em que permaneceu naquela cidade, travou relações com figuras destacadas no meio acadêmico, como Toennies, Windelband, Simmel, Georg Lukács e vários outros, alguns dos quais frequentavam a sua casa.

Weber receberia também forte influência do pensamento marxista, que a essa época já havia penetrado o mundo político e universitário. Boa parte de suas obras foi realizada para testar o acerto da concepção marxista, principalmente no que dizia respeito à relação entre a economia e as outras esferas da vida social. Suas inúmeras pesquisas indicavam, até certo ponto, em sua visão, o acerto das relações estabelecidas por Marx entre economia, política e cultura. Mas para ele não possuía fundamento admitir o princípio de que a economia dominasse as demais esferas da realidade social. Para ele, só a realização de uma pesquisa detalhada sobre um determinado problema poderia definir que dimensão da realidade condiciona as demais.

A sociologia por ele desenvolvida considerava o indivíduo e a sua ação como ponto chave da investigação. Com isso, ele queria salientar que o verdadeiro ponto de partida da sociologia era a compreensão da ação dos indivíduos e não a análise das "instituições sociais" ou do "grupo social", tão enfatizadas pelo pensamento conservador. Com essa posição, não tinha a intenção de negar a existência ou a importância dos fenômenos sociais, como o Estado, a empresa capitalista, a sociedade anônima, mas tão somente a de ressaltar a necessidade de compreender as intenções e motivações dos indivíduos que vivenciam estas situações sociais.

A sua insistência em compreender as motivações das ações humanas levou-o a rejeitar a proposta do positivismo de transferir para a sociologia a metodologia de investigação utilizada pelas ciências naturais. Não havia, para ele, fundamento para esta proposta, uma vez que o sociólogo não trabalha sobre uma matéria inerte, como acontece com os cientistas naturais.

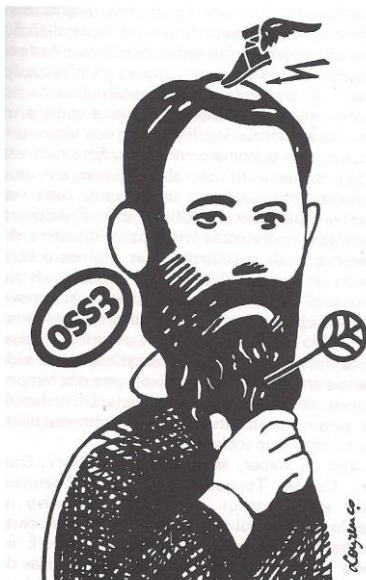
A contrário do positivismo, que dava maior ênfase aos fatos, à realidade empírica, transformando geralmente o pesquisador num mero registrador de informações, a metodologia de Weber atribuía-lhe um papel ativo na elaboração do conhecimento.

A obra de Weber representou uma inegável contribuição à pesquisa sociológica, abrangendo os mais variados temas, como o direito, a economia, a história, a religião, a política, a arte, de modo destacado a música. Seus trabalhos sobre a burocracia tornaram-no um dos grandes analistas deste fenômeno (ver, nesta coleção, "O que é Burocracia?"). Foi um dos precursores da pesquisa empírica na sociologia, efetuando investigações sobre os trabalhadores rurais alemães. A sua importante reflexão sobre a metodologia a ser utilizada nas ciências sociais foi elaborada a partir de sua intensa atividade de pesquisa.

A análise da religião ocupou lugar central nas preocupações e nos trabalhos de Weber. Ao estudar os fenômenos da vida religiosa, desejava compreender a sua influência sobre a conduta econômica dos indivíduos. Com esse propósito, realizou investigações sobre as grandes religiões da Índia, da China etc. O seu trabalho "A ética protestante e o espírito do capitalismo", publicado em 1905, ficaria particularmente

famoso nessa área de estudo. Tinha ele a intenção de examinar as implicações das orientações religiosas na conduta econômica dos homens, procurando avaliar a contribuição da ética protestante, especialmente a calvinista, na promoção do moderno sistema econômico. Weber reconhecia que o desenvolvimento do capitalismo devia-se em grande medida à acumulação de capital a partir do final da Idade Média. Mas, para ele, o capitalismo era também obra de ousados empresários que possuíam uma nova mentalidade diante da vida econômica, uma nova forma de conduta orientada por princípios religiosos. Em sua visão, vários pioneiros do capitalismo pertenciam a diversas seitas puritanas e em função disso levavam uma vida pessoal e familiar bastante rígida. Suas convicções religiosas os levavam a considerar o êxito econômico como sintoma de bom indício da benção de Deus. Como estes indivíduos não usufruíam seus lucros, estes eram avidamente acumulados e reinvestidos em suas atividades.

Este seu trabalho jamais teve a intenção de afirmar, como interpretaram erroneamente alguns de seus críticos, que a causa explicativa do capitalismo era a ética protestante, ou que os fenômenos culturais explicariam a vida econômica. Sua pesquisa apenas procurou assinalar que uma das causas do capitalismo, ao lado de outras, como os fatores políticos e tecnológicos, foi a ética de algumas seitas protestantes.



Max Weber.

Vivendo em uma nação retardatária quanto ao desenvolvimento capitalista, Weber procurou conhecer a fundo a essência do capitalismo moderno. Ao contrário

de Marx, não considerava o capitalismo um sistema injusto, irracional e anárquico. Para ele, as instituições produzidas pelo capitalismo, como a grande empresa, constituíam clara demonstração de uma organização racional que desenvolvia suas atividades dentro de um padrão de precisão e eficiência. Exaltou em diversas oportunidades a formação histórica das sociedades inglesa e norte-americana, ressaltando a figura do empresário, considerado às vezes um verdadeiro revolucionário. De certa forma, o seu elogio ao caráter antitradicional do capitalismo inglês, especialmente do norte-americano, era a forma utilizada por ele para atacar os aspectos retrógrados da sociedade alemã, principalmente os latifundiários prussianos.

O capitalismo lhe parecia a expressão da modernização e uma eloqüente forma de racionalização do homem ocidental. No entanto, não manifestava grande entusiasmo pelas realizações da civilização ocidental. A crescente racionalização da vida no Ocidente, abarcando campos como a música, o direito e a economia, implicava, em sua visão, um alto custo para o homem moderno. Esta escalada da razão, a sua utilização abusiva, levava a uma excessiva especialização, a um mundo cada vez mais intelectualizado e artificial, que abandonara para sempre os aspectos mágicos e intuitivos do pensamento e da existência. Suas análises o convenceram da inevitabilidade desse processo de racionalização. Não via nenhum atrativo no movimento socialista, chegando mesmo a considerar que o Estado socialista acentuaria os aspectos negativos da racionalização e burocratização da vida contemporânea. A sua visão sociológica dos tempos modernos desemboca numa apreciação melancólica e pessimista, capitulando de forma resignada diante da realidade social.

A obra de Weber, assim como a de Marx, Durkheim, Comte, Tocqueville, Le Play, Toennies, Spencer etc, constitui um momento decisivo na formação da sociologia, estruturando de certa forma as bases do pensamento sociológico. E no período que vai de 1830 às primeiras décadas do nosso século que ocorre a formação dos principais métodos e conceitos de investigação da sociologia.

Em boa medida, os clássicos da sociologia, independentemente de suas filiações ideológicas, procuraram explicar as grandes transformações por que passava a sociedade européia, principalmente as provocadas pela formação e desenvolvimento do capitalismo. Seus trabalhos forneceram preciosas informações sobre as condições da vida humana, sobre o problema do equilíbrio e da mudança social, sobre os mecanismos de dominação, sobre a burocratização e a alienação da época moderna. Geralmente, estes estudos clássicos, ao examinarem problemas históricos de seu tempo, forneceram uma imagem do conjunto da sociedade da época. Suas análises também estabeleceram, via de regra, uma rica relação entre as situações históricas e os homens que as vivenciavam, propiciando assim uma importante contribuição para a compreensão da vinculação entre a biografia dos homens e os processos históricos.